



CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS
Ata da 58ª reunião, realizada em 28 de abril de 2020

1 Em 28 de abril de 2020, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades
2 Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio
3 de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
4 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros
5 titulares e suplentes: o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão, representante
6 da SEMAD. Representantes do poder público: Maria Eugênia Monteiro, da
7 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Verônica Ildelfonso
8 Cunha Coutinho, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Jaime Alvino
9 Starke, da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese);
10 Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de
11 Minas Gerais (Codemig); Enio Marcus Brandão Fonseca, do Instituto Brasileiro de
12 Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Claudinei Oliveira
13 Cruz, da Agência Nacional de Mineração (ANM). Representantes da sociedade
14 civil: Denise Bernardes Couto, do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de
15 Minas Gerais (Sindiextra); Thiago Rodrigues Cavalcanti, da Federação das
16 Indústrias do Estado de Minas (Fiemg); José Angelo Paganini, da Fundação
17 Relictos de Apoio ao Parque Estadual do Rio Doce; Julio Cesar Dutra Grillo, da
18 Associação para Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (Pro Mutuca); Carlos
19 Eduardo Orsini Nunes de Lima, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME);
20 Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
21 (Abes-MG). Assuntos em pauta. **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL**
22 **BRASILEIRO**. Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA**. O
23 presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão declarou aberta a 58ª reunião da
24 Câmara de Atividades Minerárias. “Eu quero dar um bom-dia a todos os
25 conselheiros neste biênio de 2020 a 2022. Que tenhamos uma atividade profícua
26 no desenvolvimento sustentável do nosso Estado. Eu vou passar para os
27 senhores, inicialmente, algumas explicações em relação às orientações que nós
28 temos. Nós temos uma apresentação também que vamos fazer. Mas eu vou ler,
29 inicialmente, a nossa carta de abertura. E para aqueles que não participaram das
30 reuniões foi encaminhado por e-mail em relação aos procedimentos que nós
31 vamos seguir nesta reunião. ‘Considerando o momento desafiador que estamos
32 vivendo, gerado pela pandemia mundial do novo coronavírus (Covid-19), a
33 Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD)
34 publicou, no dia 24/4, a Deliberação Conjunta COPAM/CERH nº 19/2020,
35 suspendendo as reuniões presenciais do Conselho Estadual de Política Ambiental
36 (COPAM) e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG), sem
37 precisão de retorno, como uma das ações de combate à propagação deste vírus.

38 Considerando que a mesma norma, em seu artigo 2º, determinou que a Secretaria
39 Executiva do COPAM e do CERH-MG envidasse os esforços necessários para a
40 realização das reuniões das unidades colegiadas, com tecnologia remota. Dou as
41 boas-vindas aos senhores conselheiros que tomarão posse hoje para exercerem
42 mandato nesta Câmara para o biênio 2020/2022. Aproveito este momento de
43 abertura para dar as orientações gerais sobre como serão feitos o andamento e
44 o encaminhamento desta reunião, uma vez que este formato via videoconferência
45 é uma novidade e um desafio não apenas para os senhores conselheiros, mas
46 para todos nós. Como já foi passado a todos os senhores, pelo Manual do
47 Conselheiro, e também para aqueles que puderam participar pela reunião de
48 treino realizada com a equipe do Núcleo dos Órgãos Colegiados no dia 24/4, para
49 solicitar a palavra é necessário levantar a mão, não fisicamente, mas sim a mão
50 virtual que existe dentro do aplicativo de videoconferência que estamos utilizando.
51 Peço a todos que identifiquem e ativem esse recurso neste momento. Para
52 aqueles que participam pelo computador, esse recurso é ativado no canto inferior
53 direito da lista de participantes, clicando no botão 'haise hand', que em português
54 significa 'levantar a mão'. Para aqueles que participam pelo smartphone, esse
55 recurso é ativado clicando no botão 'haise hand', no menu que é aberto após clicar
56 no botão 'mais' no canto inferior direito da tela. Uma vez que a palavra for
57 solicitada, eu concederei a palavra ao conselheiro, e nesse momento ele deve
58 abaixar a mão virtualmente, clicando no botão 'lower hand' ou 'abaixar a mão' em
59 português, localizado no mesmo local do aplicativo onde ele anteriormente clicou
60 em 'haise hand' ou 'levantar a mão'. Peço que desativem a mãozinha virtual
61 agora. Este procedimento está sendo adotado para evitar tumultos, com vários
62 conselheiros se manifestando ao mesmo tempo, ainda que sem intenção de fazê-
63 lo. Inclusive, para evitar ruídos externos e microfônias, os conselheiros que não
64 marcaram a mão virtual estarão com seus microfones silenciados pelo nosso
65 moderador da videoconferência. Não se preocupem, eu garanto a vocês que
66 estarei permanentemente de olho na lista de pessoas com a mão levantada e
67 garanto também que esta reunião será conduzida com muita calma e sem pressa,
68 de forma que ninguém deixará de se manifestar em momento algum, sempre
69 seguindo nosso Regimento Interno. Portanto, precisaremos que todos aguardem
70 com calma, tranquilidade e paciência a sua vez de falar. No momento da leitura
71 da pauta, após o 'Comunicados dos Conselheiros' e 'Assuntos Gerais', eu farei
72 uma pausa ao terminar a leitura de cada item de pauta, verificarei quem está com
73 a mão levantada virtualmente e concederei a palavra para aqueles que a
74 solicitarem, para que apresentem seus pedidos de vista, destaques e demais
75 manifestações pertinentes a esse momento da reunião. Após a leitura da pauta,
76 aqueles processos que não tiverem pedido de vista, destaque e nem inscritos
77 serão colocados em votação em bloco. E, diferentemente, do que estamos
78 habituados a fazer, a votação será individualizada. Chamarei cada conselheiro
79 presente nesta reunião pela ordem descrita na Deliberação que descreve a
80 composição e designação dos membros desta Câmara e pedirei ao conselheiro

81 para se manifestar, devendo esse se identificar por nome, entidade que
82 representa e dizer o seu voto. Ao término da votação, após todos os conselheiros
83 já terem votado, aqueles que se abstiveram ou votaram contrário ao Parecer
84 Único, serão chamados por este presidente para justificarem seus votos. Após
85 esse momento, passaremos para os itens em que não houveram destaques e
86 nem pedido de vista, mas houveram inscritos. Cabe aqui ressaltar, para o
87 conhecimento de todos, que as inscrições estão sendo feitas via formulário virtual,
88 disponibilizado no site da SEMAD, no site dos conselhos COPAM e CERH e
89 também na descrição do vídeo de transmissão ao vivo pelo Youtube. A Secretaria
90 Executiva entrará em contato com todas essas pessoas pelo aplicativo WhatsApp
91 e/ou pelo e-mail. Portanto, nos itens em que houveram inscritos, será autorizada
92 a entrada dos inscritos no item de pauta em voga no momento na nossa sala de
93 videoconferência, sendo essa autorização comunicada diretamente aos inscritos
94 pela Secretaria Executiva, para permitir o processo de entrada. No momento em
95 que for dada a autorização para os inscritos entrarem na videoconferência a
96 reunião será pausada, para darmos tempo suficiente para que todos consigam
97 fazer o login. Uma vez que todos tenham entrado, será concedida a palavra aos
98 inscritos, por ordem de inscrição, para que possam fazer sua manifestação dentro
99 dos prazos regimentais. Caso existam dúvidas ou apontamentos pertinentes,
100 debateremos e responderemos como de praxe e, somente após tudo ser
101 devidamente esclarecido, passaremos para a votação, que será feita da forma
102 descrita anteriormente, ou seja, nominal e individualmente. Por fim, passaremos
103 para os itens de pauta nos quais foram feitos destaques. No momento em que
104 passarmos para um item que tenha destaque, os inscritos nesse item de pauta
105 serão autorizados a entrar na sala de videoconferência e passarão acompanhar
106 os debates por aqui ao invés do Youtube. Ressaltando apenas que ao entrarem
107 na sala de videoconferência os inscritos permanecerão com os microfones
108 silenciados até que lhe seja concedida a palavra. Uma vez sanada todas as
109 dúvidas e esclarecidas todas as questões que porventura surgirem durante os
110 debates, passaremos para o regime de votação, sendo esse sempre como
111 descrito: nominal e individualmente. Creio que com esta explanação tenha ficado
112 claro como será o andamento da nossa reunião. Se algum conselheiro ainda tem
113 alguma dúvida, por favor, levante a mãozinha virtual e lhe será dada a palavra
114 para que manifeste sua dúvida.” **3) POSSE DOS CONSELHEIROS DA CMI
115 PARA O BIÊNIO 2020/2022.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “De forma
116 simbólica, eu vou ler o termo de posse para aqueles que nos ouvem terem ciência
117 de como é feito o termo de posse e qual é o seu conteúdo. “Termo de posse dos
118 membros da Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de
119 Política Ambiental (COPAM) para o mandato relativo ao biênio 2020/2022. A
120 Deliberação COPAM 1553, de 6 de abril de 2020, publicada no ‘Diário Oficial de
121 Minas Gerais’, no Caderno 1, ‘Diário do Executivo’, seção do Conselho de Política
122 Ambiental do COPAM, em 7 de abril de 2020, na página 9, legitima Julio Cesar
123 Dutra Grillo conselheiro titular representante da Associação de Proteção

124 Ambiental do Vale do Mutuca (Pro Mutuca), entidade que compõe a seção 2, da
125 sociedade civil, para o mandato relativo ao biênio 2020 a 2022, nos termos do
126 artigo 15, inciso VI, da Lei 21.972, de janeiro de 2016, e no Decreto 46.953, de
127 fevereiro de 2016. Assim fica a pessoa supracitada cientificada do compromisso
128 de desempenhar com probidade o exercício dessa função pública e cumprir
129 fielmente todos os deveres que lhe forem atribuídos, em conformidade com a ética
130 pública, a partir da assinatura deste termo de posse, sendo que é ação
131 indispensável a ser realizada previamente para assumir a plena condição de
132 representante legal para participação nas reuniões. Além disso, assume também
133 todos os encargos do mandato ao qual ora se investe, zelando pela defesa do
134 meio ambiente como serviço relevante prestado ao Estado e declara, sob as
135 penas da lei, sobre ele não incidirem as vedações previstas nos artigos 51, 52, 53
136 e 54 da Deliberação Normativa COPAM 177/2012 e se compromete a observar
137 os artigos 61 a 63 da Lei Estadual 14.184, de janeiro de 2012. Para constar,
138 lavrou-se o presente termo pelo excelentíssimo senhor secretário executivo do
139 Conselho de Política Ambiental, bem como pelo conselheiro empossado.
140 Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto, secretário executivo do Conselho
141 Estadual de Política Ambiental'. Então todos aqueles que receberam esse termo
142 de posse deverão assiná-lo – já tem que ter tido a sua assinatura – e devolvê-lo
143 à nossa secretaria. Assim, de forma simbólica, consideram-se todos
144 empossados.” **4) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS**
145 **GERAIS.** Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós temos um comunicado
146 em relação a adoção responsável durante a quarentena. ‘A procura pela adoção
147 de cães e gatos no Brasil, os chamado pets, teve uma tendência de crescimento
148 em todo o mundo no período de quarentena, ocorrido em razão da pandemia do
149 Covid-19. O fato de muitas pessoas terem mais tempo e energia para lidar com
150 esses pets em casa, principalmente filhotes, facilita a decisão de quem está
151 trabalhando em home office. Essa mesma situação aconteceu recentemente nos
152 Estados Unidos. No entanto, antes de adotar um animal, é preciso que esteja
153 ciente de tudo que envolver um pet em casa. Confira o vídeo, preparado pela
154 Assessoria de Comunicação do Sisema, com informações importantes que
155 podem ajudar na adoção responsável de um animal.’” * Foi feita exibição de vídeo
156 institucional do Sisema sobre adoção responsável durante a quarentena.
157 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Eu queria inicialmente cumprimentar todos
158 os participantes, tanto os que estão presentes na reunião como aqueles que
159 estiverem assistindo. Quero parabenizar a SEMAD pelo SLA, Sistema de
160 Licenciamento Ambiental. Eu acho que é um passo muito positivo. A
161 informatização desse sistema deve trazer só ganhos, em termos de velocidade e
162 qualidade do trabalho. Não tenho a menor dúvida disso. Mas eu gostaria que
163 vocês organizassem – a SEMAD – uma conversa, uma videoconferência com os
164 analistas responsáveis tanto pelos Siam quanto pelo SLA. Porque na hora que
165 nós começamos a navegar sobre sistema nós vimos ali uma série de pequenas
166 coisinhas que poderíamos apresentar como melhorias ou para correção de um

167 outro acredito que equívoco conceitual. Claro, se esse projeto tivesse tido um
168 projeto lógico que abarcasse os levantamentos e entrevistas com a sociedade
169 civil, anteriormente, talvez isso não fosse necessário agora. Mas eu não me
170 lembro de a sociedade civil ter participado da confecção do projeto lógico do
171 sistema. Então eu vou apresentar para vocês só dois probleminhas. Por exemplo,
172 nós temos que acrescentar algumas informações naquela página inicial do SLA.
173 Por exemplo, o número do processo antigo. Isso é só um exemplo. Nós temos
174 que verificar o problema de numerações conflitantes entre o Siam e o SLA. Eu
175 vou dar só um exemplo para que vocês pesquisem aí. O processo 0462/2019 no
176 Siam é diferente do processo 0462/2019 no SLA. Então, por favor, depois, se
177 pudermos ter uma videoconferência sobre isso, eu tenho certeza de isso vai só
178 melhorar o sistema. Agora, para que não pareça uma crítica a quem desenvolveu
179 o sistema, eu participei de desenvolvimento de sistemas por muitas décadas na
180 minha vida e nunca participei de implantação de nenhum sistema que não tivesse
181 dado alguns problemas no seu início. Eu acho que já foi um grande passo o
182 desenvolvimento desse sistema, mesmo porque é uma base de dados que
183 permite acesso por diversas formas. E eu acho que está tudo ok. Mas eu gostaria
184 de poder conversar sobre esse assunto. O próximo é o seguinte. Eu gostaria
185 também de solicitar uma senha para que eu possa, como conselheiro, entrar mais
186 fundo nas documentações. E eu não tenho essa senha, tanto para o Siam quanto
187 para o SLA. Eu mandei um e-mail para a Vânia, com cópia para você, Yuri, mas
188 esse e-mail não teve resposta. Não tem nenhum problema, porque isso não tem
189 tanta urgência, mas eu gostaria de receber essa senha. Mudando de assunto, na
190 última reunião da CMI, em dezembro de 2019, eu fiquei revoltado com aquela
191 aprovação e falei ali sobre a questão de que eu achava que essas relações,
192 inexoravelmente, um dia teriam que ser investigadas. Dois conselheiros ao menos
193 se manifestaram dizendo que gostariam de ver a íntegra da minha fala na ata. E
194 eu disse o seguinte, que eles não se preocupassem, porque eu iria entregar,
195 pessoalmente, a ata dessa reunião, quando saísse, para o Ministério Público e
196 iria perguntar ao Ministério Público se aquilo que eu disse na reunião de dezembro
197 de 2019 era pertinente ou não. Eu fui lá, entreguei para o Ministério Público. O
198 Ministério Público me mandou um e-mail respondendo, dizendo que estava tudo
199 ok, que o que eu falei era pertinente. Então eu aproveitei para poder solicitar que
200 eles dessem andamento a isso mesmo, porque é uma coisa que tem que ser
201 olhada. Eu não questiono a probabilidade de nenhum servidor da SEMAD. Mas
202 eu sei que nós temos um processo histórico, de décadas, que culminou na
203 submissão total do Estado e desses Conselhos às vontades da mineração, da
204 Fiemg etc. E como isso, aparentemente, tem muitos indícios, colocados até pela
205 própria Corregedoria Geral do Estado e o Tribunal de Contas do Estado, eu acho
206 que isso é uma coisa que tem que ser olhada. A coincidência de todas as votações
207 da mineração darem 10 a 2 – e agora vão estar 9 a 3, eu acho – não é uma
208 coincidência razoável. Então foi isso o que eu fiz, e isso pode ser acompanhado,
209 inclusive, pode ser questionado junto ao Ministério Público. Sobre a minha

210 participação nas reuniões da CMI como representante da sociedade civil – eu já
211 manifestei na plenária do COPAM –, nós não concordamos com a atitude do
212 Estado de retirar dos Conselhos os representantes que a sociedade civil vem
213 treinando, vem preparando para que possam representar a sociedade ao longo
214 do tempo. Esse é o caso da Teca, claramente. A Teca se preparou muito, estava
215 em um ponto em que os relatórios de vista dela estavam excepcionais, muito bem-
216 feitos, e nessa hora vai e se retira a Teca do Conselho. Eu acho isso um equívoco,
217 que acho que ainda pode ser corrigido. Mas, de qualquer forma, como nós
218 achamos que isso não estava ok, eu combinei com a Teca e com a ONGs que
219 vou trabalhar em dobradinha com a Teca. A Teca sempre vai procurar as
220 comunidades envolvidas no processo de licenciamento e preparar um relatório,
221 baseado no sentimento, no conhecimento da população local. Eu sempre vou
222 complementar com a minha visão, e vale o meu voto. Quer dizer, eventualmente,
223 eu posso, inclusive, não votar com aquele que é o parecer da sociedade, mas nós
224 achamos que é importante que o parecer da sociedade fique sempre registrado,
225 para que possa ser objeto de consulta no futuro. Por esse motivo, nós vamos pedir
226 vista sempre ou quase sempre, que é para poder ter oportunidade de levar esse
227 material, o processo de licenciamento, para o conhecimento da sociedade, para
228 que ela possa, efetivamente, se manifestar. Nós também sabemos que vamos
229 perder sempre nas votações, até que acabe a submissão do Estado. Mas
230 achamos que é muito importante que a nossa fala e o parecer da sociedade
231 fiquem registrados. Nós estamos aqui sem nenhum problema, sabemos que
232 vamos perder, mas é importante que fique registrado para o futuro. Outra coisa,
233 para todo empreendimento com potencial de dano, eu vou solicitar análise de
234 sustentabilidade. Para todo empreendimento com potencial de dano. E para todo
235 empreendimento nós vamos solicitar uma visão do contexto e a clareza, uma
236 maior clareza sobre os impactos do que está sendo aprovado sobre os recursos
237 hídricos e os corredores ecológicos, dentro da região de influência daquele
238 projeto. Para que possamos ter mais base. Eu não vou falar aqui agora do
239 processo da Vale, porque ali na frente, quando você for retirar de pauta, eu vou
240 falar um pouquinho. Mas nós vamos nos posicionar dessa forma. Mesmo no caso
241 de simples revalidação de licença, os conselheiros devem ter acesso ao contexto
242 completo do empreendimento. Eu vou exemplificar isso, no momento certo, nesse
243 processo da Vale.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Só esclarecer um
244 ponto, conselheiro Julio, em relação à recondução. Creio que o senhor e a maioria
245 dos conselheiros sabem disso. Mas, como agora a nossa reunião, inclusive, está
246 sendo vista pelo YouTube, é necessário esclarecermos alguns pontos, inclusive,
247 para aqueles que nos ouvem. Primeiro que não é a SEMAD que proibiu a
248 conselheira de ser conduzida, isso é um decreto do governo estadual. Eu vou ler
249 aqui o decreto. Está no artigo 21 do Decreto 46.953, ‘Das Disposições Gerais de
250 Representação’. ‘Artigo 21. Cada entidade ou órgão representado pelo COPAM
251 terá um representante titular e dois suplentes, que o substituirão em caso de falta
252 ou impedimento.’ Mais abaixo, no parágrafo 7º, tem a seguinte previsão: ‘As

253 entidades sujeitas ao processo eletivo exercerão o mandato de dois anos, não
254 permitida a reeleição para a mesma unidade colegiada do COPAM para o mesmo
255 período subsequente.’ ‘§8º. Aplica-se ao disposto no §7º aos representantes de
256 entidades sujeitas ao processo eletivo que atuarem como membro de unidade
257 colegiada do COPAM na condição de titular ou suplente durante o mandato de
258 dois anos, ainda que de forma parcial.’ Ou seja, essa proibição veio de um
259 decreto, e decreto é um ato do Poder Executivo e não de uma deliberação do
260 secretário ou do próprio Conselho, do COPAM. Então o que nós estamos fazendo
261 – e nós até respondemos isso à conselheira, quando ela solicitou que fosse revista
262 essa questão – é uma questão legal, é por isso que ela não foi reconduzida em
263 relação ao mandato dela aqui na CMI. Mas é muito interessante o senhor, como
264 representante de uma ONG, ter esse contato junto com outros representantes,
265 não só a Maria Teresa Corujo, que façam esses encaminhamentos, essa reunião
266 conjunta, para apresentar pareceres substanciais, igual ela fazia no nosso
267 Conselho, para dar subsídios às orientações e às nossas votações. Eu queria
268 fazer somente esse esclarecimento para não ficar parecendo que a fala do senhor
269 seja por uma falha da SEMAD. Não é. É uma questão legal, tem uma previsão no
270 decreto para tanto. Em relação a outro posicionamento que o senhor fez, o Neto
271 vai fazer umas observações. Eu peço permissão aos senhores conselheiros para
272 ele fazer. E depois eu volto a palavra, inclusive, para o senhor, Sr. Julio.”
273 Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto/SEMAD: “O subsecretário Anderson está
274 assistindo pelo YouTube e já confirmou que a equipe do SLA está à disposição
275 para reunir com o senhor. Eu acredito que o senhor já tenha, mas vou passar o
276 contato dele para vocês poderem agendar essa reunião.” Conselheiro Julio Cesar
277 Dutra Grillo: “Eu queria só dizer o seguinte. Eu sei que é um decreto por parte do
278 governo, mas, naturalmente, a SEMAD, que é responsável pela gestão desses
279 Conselhos, ou influenciou no decreto ou poderia ter se manifestado
280 posteriormente. Talvez vocês não tenham percebido, mas é muito difícil formar
281 representantes da sociedade civil para que possam trabalhar num bom nível num
282 conselho desse tipo. É um processo muito longo, não é um processo rápido.”
283 Conselheira Verônica Ildfonso Cunha Coutinho: “De início, eu queria parabenizar
284 a SEMAD pela iniciativa do vídeo quanto a adoção dos bichinhos. Eu,
285 particularmente, tenho três, que já tinham sido adotados. Quanto à fala do
286 conselheiro Julio Grillo, eu acho que é superimportante ele encaminhar – mesmo
287 que tenha encaminhado ao Ministério Público – tanto para a AGE quanto para
288 cada repartição de conselheiro que ele, teoricamente, tenha colocado no
289 documento que ele fez para o MP. Porque, além disso, vão sofrer um processo
290 de investigação no conselho de ética de cada repartição, bem como pela AGE
291 também. Porque só o Ministério Público, às vezes, fica complicado a ele ter
292 acesso a certos tipos de documentos que podem ser tidos como sigilosos ou
293 alguma coisa assim. Ele tem uma limitação pela própria independência funcional
294 dessa investigação. Vamos colocar assim. Então eu acho que é importante
295 encaminhar tanto para a AGE quanto para a repartição também.” Conselheiro

296 Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Inicialmente, eu queria parabenizar o Yuri,
297 pessoa pela qual eu tenho uma consideração muito grande, por muitas lutas
298 anteriores, no Norte de Minas; o secretário Hidelbrando, o Anderson também, que
299 está no ouvindo, e a equipe toda da SEMAD, representada pelo nosso secretário,
300 que tem feito um trabalho maravilhoso. Em nome de um conselheiro colocado
301 aqui, que é pessoa da mais alta importância para nós, hoje representando o Ibama
302 aqui o conselheiro Enio Brandão, eu cumprimento todos os conselheiros e os
303 amigos meus. Eu estou retornando, com muita honra, após 12 anos de ter
304 participado do COPAM, e vejo a grande evolução que nós tivemos durante esse
305 período. Houve uma evolução de racionalização de processos, de fazer com que
306 esses processos sejam julgados. Eu tive ocasião de estudar detalhadamente
307 todos os processos incluídos na pauta e vi o gabarito da avaliação do pessoal das
308 Suprams, especialmente da Suppri e de outros elementos da Secretaria de Meio
309 Ambiente. Eu, como engenheiro de minas, representando a Sociedade Mineira de
310 Engenheiros, quero buscar sempre uma mineração sustentável, não abro mão da
311 mineração sustentável e da efetividade da mineração em Minas Gerais. A
312 mineração faz parte do nome próprio do nosso Estado, nós não podemos
313 abandonar a mineração, tem que ser dada continuidade a ela. Nós tivemos
314 percalços, tivemos acidentes – e pode ter acidente em qualquer outra atividade –
315 , mas não podemos deixar a mineração de lado, ela faz parte do nome próprio e
316 do ‘DNA’ do nosso Estado. Então eu queria cumprimentar a todos, mais uma vez,
317 desejar um trabalho muito profícuo, de integração, de harmonia, porque com
318 harmonia nós chegamos aos pontos que desejamos para o desenvolvimento do
319 nosso Estado.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Agradeço os elogios,
320 Dr. Orsini. É um prazer tê-lo aqui conosco.” Maria Teresa Viana de Freitas
321 Corujo/Sociedade civil: “Bom dia a todos. Eu queria começar dizendo, nesta
322 primeira reunião da CMI após a nova composição, agradecer o que o Julio Grillo
323 falou sobre a minha atuação. Eu queria colocar que, ao contrário do que foi falado
324 pelo conselheiro anterior, nós entendemos de uma outra forma o nome próprio do
325 nosso Estado. Minas Gerais é um Estado que tem esse nome e, na sua história,
326 à custa de muito sofrimento e violações, naquela época fomos saqueados de
327 nossas riquezas minerais, que se transformaram em riquezas da Inglaterra. Foi à
328 custa de muito sofrimento do povo negro, de escravidão, de muitas histórias
329 terríveis de sofrimento dos escravos, foi à custa de dizimar povos inteiros
330 indígenas, como no Alto Rio das Pedras e no Paraopeba, onde não sobrou uma
331 comunidade indígena no seu território. Tem histórias também muito doloridas do
332 que isso significou para Minas Gerais. Então, como cidadã atuante na casa
333 ambiental, eu não poderia deixar de me manifestar na contramão do que foi
334 colocado aqui na CMI hoje. Mas eu me inscrevi para dizer que o Sistema SLA tem
335 graves falhas. Eu comecei a acessar e a identificar, precisamente, com esse
336 processo 462/2019, que é uma Licença Ambiental Simplificada para disposição
337 de rejeito na cava da mina de Feijão, onde houve um rompimento gravíssimo,
338 oriundo de um crime, não de um acidente. E nesse processo foi concedida uma

339 Licença Ambiental Simplificada pela Suppri. Nos documentos que estão lá ou na
340 página desse processo, não se informa o processo do complexo minerário, que é
341 onde está a cava. E quando eu fui procurar o número 462 – foi quando eu informei
342 ao Julio Grillo – é um outro processo dentro do sistema do Siam. Uma outra coisa
343 grave no SLA é que, quando se acessa a página principal, não tem o dado básico,
344 que é o município. E não tem, como o Julio Grillo bem ressaltou, todo o conjunto
345 de licenciamentos que teve naquela mina. Enquanto que no Siam, quando você
346 entra num processo minerário, você tem acesso, de pronto, a quais foram os
347 processos de outorga, quais os processos que já teve de Licença Prévia, de
348 Licença de Operação, todo o arcabouço de dados sobre aquele empreendimento.
349 Então, quando eu acessei o SLA para conhecer o novo sistema, já dei de cara
350 com graves falhas que, no bojo de que, inclusive, o Estado tem que cumprir uma
351 liminar de uma ação civil pública para melhorar seu sistema de informação
352 ambiental, eu esperava que o SLA cumprisse, pelo menos a partir do momento
353 dos novos processos inseridos, esse papel. E eu já estou testemunhando aqui,
354 perante a CMI, que não está sendo dessa forma, o que é muito preocupante.
355 Então eu me inscrevi para dar essa fala, vou só pedir mais 1 minuto para encerrar,
356 e o que eu quero complementar nesse 1 minuto é dizer que nós da sociedade civil
357 – e eu falo dos vários movimentos, grupos, cidadãos – repudiamos que as
358 mineradoras tenham continuado operando como se não estivéssemos em plena
359 época de pandemia. Nós entendemos que a mineração não é uma atividade
360 essencial, no sentido de que deveria ser entendida atividade essencial,
361 principalmente porque, vamos supor, as minerações de ouro e de ferro são para
362 exportação. E lamentamos que não houve qualquer cuidado em se pensar nos
363 trabalhadores, no que isso significou de possibilidade de contágios. E agora
364 estamos na pauta com 12 itens para licenciamento de atividades de mineração
365 em plena época de pandemia, o que é gravemente preocupante. E eu lamento
366 profundamente que o Sistema continue insensível à verdade sobre a mineração,
367 os impactos que a mineração causa.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
368 “Em relação ao sistema eletrônico ambiental, isso era um anseio de todos,
369 inclusive, de nós, servidores. Eu estou no Sistema desde 2006, quando passei no
370 concurso. Ele está em andamento. Por óbvio – igual o Julio Grillo colocou aqui
371 agora, ele com dez anos de experiência em sistemas ambientais ou mais –, como
372 o Julio colocou, é um sistema que está em andamento. O SLA é uma das
373 primeiras fases que estão sendo implementadas. E nós, servidores – inclusive, os
374 empreendedores – temos muitos elogios a esse sistema que está sendo feito. E
375 tem um link – eu vou até olhar com o Neto e com o Anderson –, que, quando há
376 um erro no sistema ou alguma configuração que não esteja correta, os senhores
377 da sociedade civil ou nós próprios, servidores, que utilizamos o sistema, e os
378 empreendedores, podemos entrar em contato e demonstrar que erro que foi esse.
379 Porque, além de o sistema ter esses erros, ele é feito por pessoas, que também
380 estão sujeitas a erros. Então até mesmo cadastro de um número equivocado.
381 Nada impede que isso seja melhorado. Então nós contamos, inclusive, com a

382 compreensão e o apoio dos senhores para melhorar o nosso sistema.”
383 Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo: “Teca, eu não sei se você já estava no chat
384 na hora que o Hildebrando falou que o Anderson, que está acompanhando a
385 reunião, vai marcar uma videoconferência para podermos discutir os detalhes do
386 SLA. Eu acho que ali vai ser uma oportunidade de podermos ir trabalhando.
387 Mesmo porque isso é um processo que, teoricamente, não tem fim. Na década de
388 70, quando eu comecei a trabalhar com informática, tinha um livro, que era um
389 livro de referência de um holandês, para quem desenvolvia sistema, que dizia o
390 seguinte: o sistema, se funciona, é obsoleto. Isso porque, na medida em que o
391 sistema atendeu àquelas necessidades de informação, novas vão surgir. Quer
392 dizer, isso é um processo contínuo. E eu acho que abrir esse canal de
393 comunicação com o pessoal da área de desenvolvimento de sistema da SEMAD
394 vai ser produtivo para todo mundo.” **5) EXAME DA ATA DA 57ª REUNIÃO DA**
395 **CMI.** Aprovada por unanimidade a ata da 57ª reunião da Câmara de Atividades
396 Minerárias, realizada em 10 de março de 2020. Votos favoráveis: Segov, Sede,
397 Sedese, Codemig, Ibama, ANM, Sindiextra e Fiemg. Abstenções: Fundação
398 Relictos, Pro Mutuca, SME e Abes. Os conselheiros justificaram as abstenções
399 de votos por não terem participado da reunião. **6) FUNÇÃO E ESTRUTURA DO**
400 **COPAM / Regimento Interno (Deliberação Normativa COPAM nº 177/2012).**
401 **Apresentação: SEMAD.** O presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão fez
402 apresentação sobre a função e estrutura do COPAM, conforme o Regimento
403 Interno. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD. **7)**
404 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ALTERAÇÃO DE**
405 **CONDICIONANTES DE REVALIDAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 7.1)**
406 **Vale S/A. Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco,**
407 **minério de ferro. Nova Lima/MG. PA 00095/1998/008/2007, ANM:**
408 **930.787/1988. Classe 5. Apresentação: Supram Central Metropolitana.**
409 **Retorno de vista: Ibram, Sindiextra, Cefet e Fonasc.** Processo retirado de
410 pauta pela Presidência. Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou retirar
411 esse processo de pauta. Esse processo tinha sido baixado em diligência para
412 sanar algumas questões, inclusive, de CNPJ, algumas questões que foram
413 colocadas pelos conselheiros que pediram vista na época. Todavia, no momento
414 de disponibilizar esse processo, foi disponibilizado o parecer antigo, não foi
415 disponibilizado o parecer correto. Então eu vou retirar esse processo de pauta, e
416 nós voltamos com ele na próxima reunião.” Conselheiro Julio Cesar Dutra Grillo:
417 “Eu gostaria até de saber se o Ribas está aí, porque eu faço um elogio ao que ele
418 disse. Nós temos que tentar enxergar esses licenciamentos dentro do contexto
419 mais amplo daquele processo. Tem que ser feita uma vista de forma integrada. E
420 eu vou exemplificar isso com o Parecer Único 008/2019. Ele não nos oferece uma
421 visão de conjunto, não nos permite analisar todos os impactos. Eu vou dividir
422 minha fala em duas partes, vou ser sucinto, mas para dizer o que acontece. Um
423 processo como esse fala da questão das estradas e, em passant, fala que no final
424 das contas aquele material externo vai ser depositado numa pilha de rejeitos ali

425 acima da B3 e B4. O problema é o seguinte, a condição local daquela região, em
426 função da instabilidade da B3 e B4, já não é a mesma de quando foi licenciada lá
427 atrás essa pilha. Essa pilha, agora, pelo que eu escuto falar do pessoal de
428 Macacos, eu gostaria que depois quem vai trabalhar para voltar com esse
429 processo, esse parecer 008/2019, observe o material que foi enviado pelo
430 Leonardo Tolentino sobre a questão das estradas e pelo Sartori, sobre a condição
431 das pilhas. Sobre a condição das pilhas, é o seguinte, o pessoal de Macacos está
432 dizendo o seguinte. B3 e B4 estão no nível 3, podem romper a qualquer hora.
433 Vocês vão colocar uma pilha de estéril a montante de B3 e B4, de 200 m de altura?
434 Porque essa é a informação que o pessoal de Macacos tem. Eu não sei se são
435 200 m de altura. Mas, se for 200 m de altura, Orsini, você tem formação em
436 engenharia também, vamos supor que esse material tenha 2 toneladas por metro
437 cúbico; 200 m de altura significam 400 toneladas por metro cúbico que aquele
438 solo vai ter que absorver. Certamente, 400 toneladas por metro quadrado vão
439 oferecer algum recalque, e esse recalque, provavelmente, vai afetar a B3 e a B4
440 e pode provocar até parcialmente o rompimento daquela pilha. Quer dizer, daqui
441 para frente, nós temos que fazer uma análise quase estrutural dessas pilhas e
442 também do subsolo para saber se o subsolo ali aguenta aquela pressão
443 localizada. Então isso, por exemplo, não fez parte do parecer. E eu acho isso,
444 inclusive, mais importante do que qualquer um dos outros pontos que deveriam
445 ter sido apresentados. Não foram apresentados, porque o complexo ali é muito
446 grande. Tem Capão Xavier, Mutuca e Mar Azul, e aí licenciar só a estrada. Mas
447 essa estrada uma vez licenciada vai permitir que você concretize aquela pilha,
448 que foi licenciada lá no passado, mas que hoje ainda inexistente. Então agora ela
449 teria que sofrer novamente uma análise. Nós não podemos começar, porque
450 paramos com barragem, a fazer a disposição de rejeitos ou de estéril da mesma
451 forma que fazíamos antes. Ela tem que começar a ser mais cuidadosa. É isso aí
452 que, por exemplo, eu queria dizer. Agora em relação também ao parecer 008/2019
453 no momento em que ele fala sobre a estrada. O Leonardo Tolentino encaminhou
454 para vocês, para que fosse feita a apresentação, uma série de fotografias
455 mostrando o seguinte: que quando foi licenciada essa estrada lá atrás um acordo
456 disse que os caminhões e os veículos privados não compartilhariam a mesma
457 pista; e hoje estão compartilhando a mesma pista, e isso não é abordado. Por que
458 houve uma alteração dessa, por que agora pode ser compartilhada a pista com
459 os carros privados? Esse é um ponto. O outro ponto é o seguinte. Nas
460 condicionantes estão, por exemplo, eliminando algumas coisas. Eu acho que
461 todos os resultados da análise deveriam estar disponíveis para a sociedade e em
462 tempo real. Nós temos que desenvolver interfaces para esses sistemas que já
463 estarão recebendo as informações em tempo real naquele centro de controle
464 operacional da Vale, por exemplo, ou em outros casos, e colocá-los, em tempo
465 real, disponíveis para a SEMAD, dentro de um determinado layout e determinadas
466 informações. E para a sociedade dentro de determinado layout e outras
467 informações. Eu acho que todos os dados têm que ser disponibilizados em tempo

468 realizados. Pela minha experiência, disponibilizar em tempo real fica mais barato
469 para todos os envolvidos do que fazer mensais ou semestrais. Nós precisamos
470 mudar essa forma, deveria ser em tempo real. Outro ponto é o seguinte. A Pro
471 Mutuca existia, de fato, antes de existir legalmente, até 1990. Mas em 90, em
472 virtude da ligação entre a mina do Mutuca e aquela pera ali de Olhos D'Água, nós
473 criamos oficialmente a Mutuca por causa do nível de ruído que a MBR estava
474 oferecendo para o Vale do Mutuca. De lá para cá, eles alteraram o processo, e
475 nós temos duas fontes de ruído: uma é a área industrial, outra é a correia
476 transportadora. Aí vocês falam o seguinte: 'Agora nós não temos que monitorar
477 ruído ou qualidade do ar ali no Vale do Mutuca, Bosque da Ribeira, Campestre
478 etc.' Têm, sim. Porque hoje ele pode até estar todo de acordo, mas e na hora que
479 sair do padrão? Então essas comunidades têm que continuar a receber esse
480 monitoramento de qualidade e qualidade da água. Então olha o que eu estava
481 falando. A gente pega um processo teoricamente simples, simplesmente uma
482 revalidação de uma estrada, e o que não está aparecendo nele é muito mais
483 importante do que a revalidação da estrada. E a alteração de condicionantes. Por
484 exemplo, eu quero saber qual é a consequência de se colocar uma pilha de estéril
485 de 200 m de altura a montante de B3 e B4, considerando que a jusante nós temos
486 a comunidade de Macacos. A 800 m abaixo dessa pilha no plano e talvez uns 150
487 a 200 m em altura tem as primeiras casas. Nós não podemos ser irresponsáveis
488 agora com pilhas como fomos com relação às barragens. Isso exige estudo
489 técnico, um estudo que tenha um mínimo de cálculo estrutural. Eu trabalhei com
490 isso uns seis meses e sei que segurar 400 toneladas por metro quadrado, 600
491 toneladas por metro quadrado não é corriqueiro. Temos que saber como é aquele
492 subsolo. Mesmo porque já me disseram que uma parte dele seria cárstica. Se for
493 cárstico então é que não aguenta nada, vai recalcar. Então eu quero saber qual é
494 a informação técnica. Yuri, eu pedi para falar agora, mesmo tendo sido retirado
495 de pauta, porque eu espero que agora, com essas novas informações, as que eu
496 estou falando aqui agora, o relatório que o Sartori mandou, o relatório que o
497 Leonardo Tolentino mandou, a Suppri possa refazer a análise dela ou pegar novos
498 elementos, solicitar novos elementos. Eu sei que aqui em qualquer votação a
499 gente, mas eu vou manter o fato de que nós temos que estudar com seriedade
500 essa questão de pilhas." Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: "As
501 colocações do senhor eu entendo – embora não seja a minha formação – que são
502 muito pertinentes. Vou até solicitar à equipe da Vânia que a parte da fala do
503 senhor aqui neste item 7.1 e a do Dr. Orsini sejam descritas na íntegra na ata para
504 subsidiar a análise da equipe. Só destacar que esse processo não é da Suppri, é
505 da Supram Central. A Vânia já me adiantou aqui que vamos transcrever, que a
506 ata da reunião será na íntegra. Então servirá de subsídio para análise do pessoal
507 da Supram Central." Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: "Pelo
508 conhecimento que eu tenho da região, desde a época da implantação da cava de
509 Capão Xavier, da minha gloriosa MBR, hoje Vale... Da 'minha gloriosa MBR'
510 porque eu fui o primeiro engenheiro que trabalhou em Águas Claras. Então, de

511 qualquer forma, sem entrar muito em detalhes, nós estamos diante também de
512 um problema que vai simplificar a situação toda daquele complexo minerário na
513 região, que é o fechamento de Capão Xavier. Então isso eu acho que é muito
514 interessante de ser levado em consideração. Eu acredito que o pessoal da
515 Supram tenha colocado isso. Fala em passant na avaliação, mas eu acredito que
516 agora poderia enfatizar um pouco mais, porque essas preocupações que o meu
517 querido Julio Grillo tem com relação a essa complexidade lá vão ser minimizadas,
518 vão ser mitigadas com a paralisação da cava de Capão Xavier. Então isso é muito
519 importante e faz parte de todo um processo de mudança. E aí vem o outro lado
520 que eu queria colocar, só para fechar, que é a importância já de se levar em
521 consideração o Pafem, o Plano de Fechamento de Mina de Capão Xavier, nesse
522 processo. Eu tenho certeza, Julio, de que você vai ficar muito feliz, porque
523 realmente vai ter um complexo adequado. Olha, por exemplo, o que nós já
524 falamos, já discutimos com vocês com relação ao grande reservatório de água
525 que nós temos aqui de Águas Claras. São 75 milhões m³ de água. E nós vamos
526 ter em Capão Xavier, não sei exatamente, eu vou fazer o cálculo da reservação,
527 que vai ser um fator extremamente importante até para o futuro emergencial de
528 abastecimento de água de Belo Horizonte. Então, sem entrar em delongas. Mas
529 podemos discutir isso mais tarde, em qualquer fórum. Eu estou à disposição. Eu
530 acho que nós vamos ter exatamente o contrário, uma facilidade, uma mitigação e
531 uma simplificação do processo da própria região com o fechamento da cava de
532 Capão Xavier.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu só quero ressaltar
533 um item, aproveitando o tempo aqui, que às vezes o conselheiro Julio fala ‘nós
534 sempre perdemos’. Nós estamos no Conselho, o senhor tem toda a capacidade,
535 assim como os demais membros deste Conselho, uma capacidade técnica e
536 jurídica muito grande. Às vezes perde a votação daquele processo, mas, como o
537 próprio Julio tem, o Orsini, o Claudinei, que são da área técnica, e os demais
538 conselheiros, temos da área jurídica a Verônica, a Denise, o Thiago. Não vou ficar
539 nominando todos aqui. A própria Maria Eugênia também, que é engenheira.
540 Todos têm uma capacidade técnica muito grande. Então às vezes perde-se na
541 votação, não é aquele processo que o senhor desejaria que fosse para frente,
542 mas ganha-se uma condicionante que pode ser sugerida e minimizar ou mitigar
543 aqueles impactos. É justamente o que procuramos, o desenvolvimento
544 sustentável de Minas Gerais. Então eu acho que não é o caso de perder ou
545 ganhar, é termos um desenvolvimento sustentável para o nosso Estado, é termos
546 uma câmara técnica que nós temos aqui na CMI e nas demais de que
547 participamos, com a capacidade muito grande, técnica e jurídica, para
548 implementar isso no nosso Estado.” **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA
549 EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE
550 INSTALAÇÃO. 8.1) CSN Mineração S/A. Planta de beneficiamento de
551 itabiritos pobres. Unidade de tratamento de Minerais - UTM, com tratamento
552 a úmido, e estação de tratamento de esgoto sanitário. Congonhas/MG. PA
553 00103/1981/093/2018, ANM: 43.306/1956. Classe 6. Apresentação: Suppri.**

554 Processo retirado de pauta com pedido de vista da Pro Mutuca e vista conjunta
555 solicitada por Fiemg, Sindiextra e SME. Justificativa. Conselheiro Julio Cesar
556 Dutra Grillo: “A minha justificativa serve para todos (os processos). Eu tenho que
557 dar oportunidade à sociedade local para que possa colocar como está entendendo
558 aquele empreendimento e quais são os impactos que eles veem daquele
559 empreendimento sobre a sociedade. Independentemente desse parecer da
560 sociedade local, eu formulo o meu.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão:
561 “Então, só para ficar registrado, essa consideração feita pelo Julio vale para todos
562 os processos.” **9) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE**
563 **LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE INSTALAÇÃO E**
564 **LICENÇA DE OPERAÇÃO / AMPLIAÇÃO. 9.1) Jessé de Carvalho Oliveira &**
565 **Cia Ltda. ME. Extração de areia e cascalho para utilização imediata na**
566 **construção civil. Alpinópolis/MG. PA 09415/2007/004/2019, ANM**
567 **833.090/2005. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III,**
568 **alínea b). Apresentação: Supram Sul de Minas. Processo retirado de pauta com**
569 **pedido de vista da Pro Mutuca. 9.2) Alex Sandro Abreu de Paula - ME. Extração**
570 **de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil; extração de**
571 **argila usada na fabricação de cerâmica vermelha. Pouso Alegre/MG. PA**
572 **SLA/Nº 922/2020, ANM: 833.391/2014. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016,**
573 **artigo 14, inciso III, alínea b). Apresentação: Supram Sul de Minas. Processo**
574 **retirado de pauta com pedido de vista da Pro Mutuca. 9.3) Mineração Morro**
575 **Verde Ltda. Lavra a céu aberto. Minerais não metálicos, exceto rochas**
576 **ornamentais e de revestimento; unidade de tratamento de Minerais - UTM,**
577 **com tratamento a seco; pilhas de rejeito/estéril; lavra a céu, rochas**
578 **ornamentais e de revestimento. Pratápolis/MG. PA 11935/2016/003/2019,**
579 **ANM 832.957/2003. Classe 5. Apresentação: Supram Sul de Minas. Processo**
580 **retirado de pauta com pedido de vista da Pro Mutuca e vista conjunta solicitada**
581 **pela SME. Justificativas. Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima:**
582 **“Quando eu li, detalhadamente, todo o estudo – inclusive, eu digo que o pessoal**
583 **da Supram Sul é muito detalhista nesse processo –, eu acho que não existe**
584 **nenhuma motivação para vista, mas eu vou pedir vista para dizer que não**
585 **precisava de vista.” 10) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**
586 **LICENÇA DE INSTALAÇÃO CORRETIVA CONCOMITANTE COM LICENÇA**
587 **DE OPERAÇÃO. 10.1) Gerdau Açominas S/A. Mina de Várzea do Lopes (Pilha**
588 **de estéril PDE-01). Pilhas de rejeito/estéril. Minério de ferro. Itabirito/MG. PA**
589 **001776/2004/028/2017, ANM: 932.705/2011. Classe 4 (conforme Lei nº**
590 **21.972/2016, artigo 14, inciso 3º, alínea b). Apresentação: Suppri. Processo**
591 **retirado de pauta com pedido de vista da Pro Mutuca e vista conjunta solicitada**
592 **por Fiemg, Sindiextra e SME. Justificativas. Conselheiro Thiago Rodrigues**
593 **Cavalcanti**: “Vista conjunta para verificar questões relativas às condicionantes
594 inseridas no processo.” Conselheira Denise Bernardes Couto: “Pedindo vista para
595 averiguar algumas questões que levantaram algumas dúvidas. Então para sanar
596 isso.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Vista conjunta em

597 função de alguns aspectos relacionados com a parte de logística da região.”
598 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós temos aqui um destaque da
599 Suppri. Aí a Suppri já faz o destaque, e os senhores já têm vista do processo mais
600 arredondado, inclusive com as informações que a Suppri tem para passar neste
601 momento.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Eu acho muito
602 interessante essa colocação do Ribas, porque realmente até existem aspectos
603 que ele pode elucidar que evitem também até um estudo mais aprofundado nessa
604 vista.” Rodrigo Ribas/Suppri: “O processo em pauta é o processo da PDE-01, que
605 foi analisado juntamente com o processo da cava de Várzea Leste Norte, com os
606 processos da Gerdau que nós estamos tratando. Mais de um processo, e mais de
607 uma mina, inclusive. Então o que aconteceu neste processo. Nós reproduzimos,
608 nos anexos I e II, pontos de monitoramento e condicionantes que diziam respeito
609 a outras atividades e que não têm previsão legal, em alguns casos, para a
610 atividade de pilha de disposição de estéril. O que nós estamos propondo é a troca
611 dos anexos I e II. Troca porque fica mais fácil de entendimento de todos os
612 conselheiros. Na verdade, alteramos algumas condicionantes por conta de
613 questões técnicas e administrativas e retiramos alguns pontos de monitoramento.
614 No anexo II, os pontos de monitoramento repetiam aqueles que dizem respeito à
615 cava de Várzea Leste Norte. Elas são indevidas no processo da PDE. Mas esses
616 pontos estão sendo monitorados. Seria, basicamente, uma duplicidade de
617 monitoramento, o que é desnecessário. Em relação às condicionantes, nós
618 fizemos pequenas alterações, algumas só para explicitar melhor o objeto da
619 condicionante. Uma que tivemos que tirar porque não havia previsão legal. Nós
620 temos uma pequena apresentação. Se eu puder, rapidamente, compartilhar
621 minha tela, eu posso mostrar aos senhores o que estamos propondo. E nós
622 vamos encaminhar então os anexos I e II já alterados no parecer novo.”
623 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu creio que os senhores conselheiros
624 entenderam. O que vai ser feito? Tem algumas alterações a serem feitas no
625 parecer. Assim que o Rodrigo encaminhar o parecer com as alterações, a equipe
626 do Neto e da Vânia já disponibiliza o parecer correto para os senhores.” Rodrigo
627 Ribas/Suppri: “A condicionante 1 do parecer foi excluída, porque não existe
628 previsão na IS 05 de aprovação e apresentação de programa de qualidade de ar
629 para atividade de pilha. Mas já existe um programa de qualidade de ar do
630 empreendimento como um todo. É só uma obrigação formal, mera formalidade de
631 não haver uma condicionante, porque é indevida. Mas já está lá. O que nós
632 fizemos, então, é que a condicionante 2 passou a ser condicionante 1, com a
633 ‘instalação de pontos de monitoramento de qualidade do ar e ruído, conforme
634 descrito nos programas.’ Passou a ser um ponto real aqui: ‘Estrada lateral ao lado
635 do condomínio residencial’. No item de vibração. Um ponto específico que não
636 estava previsto anteriormente, que nós pedimos para inserir dentro do programa.
637 Então a condicionante 1 saiu. A condicionante 2 passa a ser condicionante 1,
638 dizendo claramente qual é o ponto de monitoramento que nós queremos. A
639 condicionante 3. Nós havíamos pedido para instalar aspersores de água fixos na

640 BR-040, no mirante da Serra. Para quem conhece a 040, o mirante da Serra é um
641 lugar conhecido como Curva das Laranjas, um aglomeradozinho comercial que
642 tem ali. Nós discutimos tecnicamente e vimos que o fato de ser aspersor de água
643 fixo não garante eficácia do método de aspersão. Então nós alteramos para que
644 o empreendedor apresentasse diferentes métodos de aspersão – difusa, fixa, em
645 cortina de névoa – para que pudéssemos avaliar a melhor proposta, do ponto de
646 vista da eficácia daquilo que se quer, que é reduzir o particulado naquele ponto
647 para poder aplicar. Até que isso seja avaliado e instalado, vai ser feita aspersão
648 com caminhão-pipa. Já é feita aspersão com caminhão-pipa na região e vai ser
649 mantida, até que analisemos a eficácia se ele possa instalar de acordo com o que
650 nós aprovamos. A condicionante 10 estava tanto confusa que dizia a respeito de
651 duas ações: apresentar relatório de melhorias na estrutura de escoamento e a
652 conexão de vegetação. O que nós fizemos, na verdade, foi separar em duas
653 condicionantes para que se possa ter clareza daquilo que o empreendedor vai
654 apresentar. Então primeiro é ‘melhoria na estrutura dos elementos de drenagem
655 da água no trecho a montante da passagem úmida de fauna’. Tem uma série de
656 passagem de fauna nessa região, já estão previstas no empreendimento, estão
657 nos programas. Então aqui é só uma melhoria que foi percebida como necessária.
658 E a outra condicionante é o planejamento das ações de forma a favorecer a
659 conexão entre o córrego do Sabão e ribeirão do Silva, com enriquecimento da
660 vegetação a leste das passagens. Então também para aumentar a qualidade do
661 programa nós pedimos que fossem feitas alterações nesse programa em relação
662 às passagens de fauna. A condicionante 13 estava só incompleta. Estava dizendo
663 ‘apresentar certificado de outorga para dreno de fundo da pilha’. Neste momento
664 em que as reuniões estão sendo retomadas, de maneira virtual, já existe parecer
665 favorável em relação a outorga do dreno de fundo, mas não foi votada ainda.
666 Então o que nós fizemos foi condicionar – não é a primeira vez que isso acontece
667 – que todas as alterações relativas ao dreno de fundo só acontecessem após a
668 publicação dessa outorga. Em cima, isso não estava claro, e embaixo só
669 esclarecemos que são as intervenções relativas ao dreno de fundo. Por exemplo,
670 as melhorias na passagem de fauna, a aspersão, a instalação de aspersores, as
671 melhorias de acesso, elas podem acontecer independente do dreno de fundo.
672 Agora, são só as ações relativas à instalação do dreno de fundo, que é condição
673 para a pilha, exatamente, que ficarão, independente da outorga. Em relação às
674 condicionantes do anexo I, foram essas alterações. Em relação ao anexo de
675 automonitoramento, o anexo de automonitoramento apresentado trazia da PDE e
676 de Várzea Leste Norte. O que nós fizemos aqui foi colocar só aqueles que estão
677 sendo somados ao programa de automonitoramento. Não houve perda nenhuma.
678 O programa de automonitoramento já tem todos os pontos. Nesse processo, estão
679 sendo somados dois pontos, em termos de efluentes líquidos e qualidade de
680 água. Foi mantido o ponto 04, proposto nesse processo, de efluentes
681 atmosféricos. E também o ponto 07, de ruídos e vibração. É só isso.” Presidente
682 Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu volto para os conselheiros. Alguma dúvida em

683 relação ao que o Rodrigo colocou, algum apontamento que queiram fazer para
684 esclarecer o pedido de vista. Como eu disse, o parecer vai ser alterado e volta já
685 com essas alterações feitas pelo Rodrigo. Os senhores querem fazer alguma
686 ponderação, colocar algum questionamento?” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini
687 Nunes de Lima: “Eu gostaria que esses detalhes que o Rodrigo Ribas colocou
688 sejam enviados para o nosso e-mail, porque vai facilitar muito o processo.”
689 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Eu vou pedir à Secretaria que
690 encaminhe essas considerações feitas pelo Rodrigo, mas, como eu disse, o
691 parecer vai ser disponibilizado já com as alterações. Só esclarecendo um ponto.
692 Os processos vão ser encaminhados ao Julio, fisicamente. O digital
693 encaminharemos também para o Julio e os demais.” Conselheiro Julio Cesar
694 Dutra Grillo: “Eu não acho necessário que me encaminhem o processo físico,
695 desde que o digital esteja disponível. Mesmo porque eu não vou conseguir pegar
696 esses processos físicos e encaminhar para análise do pessoal lá do interior e
697 receber de volta. Eu vou trabalhar de forma virtual.” Presidente Yuri Rafael de
698 Oliveira Trovão: “Então eu vou pedir para a Vânia entrar em contato com os
699 senhores que pediram vista.” Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima:
700 “Eu só queria elogiar essa manifestação do conselheiro Julio. Pelo menos, ele
701 está sendo sincero em fazer um processo digital. Porque se fosse também para
702 olhar todo o EIA/Rima, todo o PCA, toda a documentação que está lá, ele ia ficar
703 mais do que um mês para fazer esse trabalho. Esse trabalho tem que ser digital
704 e feito com eficácia, eficiência, para também não atrasar mais os processos todos
705 que estão em decorrência.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Na
706 realidade, quando encaminhamos o processo em meio digital, ele tem todo o
707 RCA, todo o EIA/Rima, tem tudo. Ele vai completo.” Conselheiro Carlos Eduardo
708 Orsini Nunes de Lima: “Eu só queria que tive ocasião de estudar com detalhes
709 todos os processos aqui, e essa manifestação que eu faço é o seguinte: estão
710 muito bem conceituados, atendem a todas as premissas de uma avaliação
711 adequada para os conselheiros. De modo que eu me sinto satisfeito com os
712 próprios relatórios das respectivas Suprams.” Conselheiro Julio Cesar Dutra
713 Grillo: “Orsini, teoricamente, como você disse, eu não teria necessidade de pedir
714 vista em todos os processos. O que eu estou fazendo de pedir vista em todos os
715 processos, mesmo daqueles que são simples e óbvios, é dar oportunidade de a
716 sociedade local se manifestar. Porque, circunstancialmente, podem não fazer
717 parte do processo alguns pontos de vista que a sociedade local teria a respeito
718 daquele empreendimento. Agora, eu concordo com você também na necessidade
719 de agilizar processos, e uma forma de agilizar esses processos talvez fosse
720 disponibilizar esse material com uma antecedência maior para que pudéssemos
721 já encaminhar para a sociedade local. A minha intenção não é atrasar processo,
722 a minha intenção é fazer com que a sociedade saiba exatamente o que está
723 acontecendo com ela, que não é o que ocorre normalmente, não está a par do
724 que está acontecendo.” Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “As nossas
725 pautas são publicadas conforme o Regimento. Dez dias para reuniões ordinárias,

726 cinco dias para reuniões extraordinárias. Nós não nos furtamos, quando o
727 empreendedor, um conselheiro ou qualquer pessoa do público quiser cópia do
728 processo digital, nós enviamos, não tem problema algum. Embora saibamos que
729 o Siam, realmente, tem as suas falhas, mas a Secretaria entra em contato com a
730 superintendência de competência em relação àquele processo e disponibiliza.”
731 Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Os estudos que foram feitos
732 foram muito bem elaborados, muito bem avaliados, alguns deles até com
733 audiência pública anterior ou na época. Então a sociedade envolvida nesses
734 processos, de certa forma, já foi anteriormente. Se o nosso conselheiro Julio quer
735 ainda tirar mais uma dúvida que nessa sociedade foi ou não avaliada em função
736 daquele empreendimento, é um direito que ele tem. Mas eu digo o seguinte,
737 pautando todos os processos, eu os vi muito bem-preparados, muito bem
738 elaborados, cuidando muito das questões socioeconômicas. De modo que é só
739 isso que eu queria dizer para o meu querido Julio Grillo. Ele vai fazer uma consulta
740 que, provavelmente, a própria sociedade envolvida já tenha feito anteriormente
741 durante o processo.” Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: “Eu só queria fazer
742 uma consideração para o Julio, indo na mesma linha do Orsini, com relação à
743 nossa eficácia como conselheiros. Vocês pediram vista para todos os processos,
744 vão ter 15 dias para fazer todos os pareceres de vista. Eu fico imaginando aqui,
745 vocês vão mandar isso para as comunidades, para eles mandarem para vocês
746 alguma consideração. Eu espero que vocês estejam se preparando para ser
747 bastante ágeis nisso. Dez relatórios de vista, e cada um com algumas informações
748 que vierem de lá. E quando estiver a menos de dez dias da próxima reunião vão
749 voltar processos em pauta. Então eu acho que é uma questão estratégica. Na
750 minha opinião. Claro, é um absurdo eu querer influenciar na estratégia de outras
751 pessoas, mas eu acho que alguns processos vocês deveriam deixar que fossem
752 votados hoje, distribuir as coisas, é uma questão racional. Agora, se vocês
753 enviarem isso para as comunidades, e cada uma trazer pelo menos uma
754 informação relevante, eu acho que é um absurdo de tempo que vocês estão
755 tentando fazer. Eu digo isso porque durante muitos anos eu fui o único cara de
756 meio ambiente da Codemig, então eu sei o que é ter um acúmulo de serviço tal e
757 risco de auto de infração em cima da gente. Isso me custou ansiedade, foi muito
758 complicado mesmo. Um aconselhamento, já que nós somos conselheiros, estou
759 te aconselhando nisso para você rever a sua estratégia daqui para frente.”
760 Presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão: “Nós já debatemos essas questões até
761 no ano passado, em relação às vistas. O Julio Grillo tem a sua motivação, a sua
762 justificativa e já passou. O Paulo, por outro lado, tem as suas justificativas, suas
763 motivações para não pedir. O que fazemos aqui no Conselho é respeitar a opinião
764 do outro, não cabe à Presidência, como eu falei, não cabe ao Conselho interferir
765 no pedido de vista do companheiro que a solicitou. Então todo mundo tem a sua
766 motivação, a sua justificativa, todos têm as suas motivações. Então eu não vou
767 ficar me alongando nesse debate, embora os processos já tenham saído de pauta,
768 para darmos seguimento.” Conselheiro Enio Marcus Brandão Fonseca:

769 “Presidente Yuri, diante da sua fala em relação às motivações para os pedidos de
770 vista, sejam pedidos isolados ou em conjunto, e também aquilo que foi parte da
771 fala do Paulo, a reflexão de que um volume muito grande de demanda de pedidos
772 possa até não ser atendido nos prazos regimentais, eu entendo que o assunto
773 está esgotado pelas manifestações de quem pediu as vistas e a reflexão do
774 conselheiro sobre essa dinâmica que pode embolar, na medida em que se tem
775 tempos para que esses pedidos sejam apresentados. Eu não vou me estender e
776 faço apenas essa pequena reflexão, acompanhando a sua orientação de que o
777 assunto já está encaminhado.” Conselheira Verônica Ildelfonso Cunha Coutinho:
778 “No adendo ao parecer de vista, quando o Sr. Julio Grillo for fazer, talvez seja
779 interessante ele contrapor, inclusive, a opinião da sociedade civil à época em que
780 foi feita a audiência em relação ao empreendimento. Porque aí temos um
781 acompanhamento mais denso do posicionamento da comunidade.” Conselheiro
782 Julio Cesar Dutra Grillo: “Verônica, você tem razão. Por exemplo, o meu pedido
783 de vista no processo da CSN está baseado na conversa com o pessoal de
784 Congonhas, que disse que nada daquilo que eles solicitaram durante a audiência
785 pública fez parte do processo. Esse é um dos motivos, por exemplo, daquele
786 pedido de vista. No caso do Paulo e do Orsini, eu acho que o que vocês estão
787 dizendo é muito sensato. Mas, como disse o Yuri, nós temos dez dias só, e em
788 dez dias fica impossível mandar isso para a sociedade local. Se o nosso prazo de
789 receber a documentação fosse, por exemplo, de 20 dias ou de 30 dias antes da
790 reunião da Câmara de Atividades Minerárias, nós não teríamos necessidade de
791 fazer o pedido de vista. Mas eu realmente quero saber o que a sociedade local
792 diz a respeito de cada um daqueles processos. E eu vou exemplificar, logo em
793 seguida, com o 7.1, se bem que eu poderia exemplificar com o 8.1, da CSN. Eu
794 vou explicar, e vai ficar mais claro o porquê dos pedidos de vista.” **11)**
795 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA DE**
796 **OPERAÇÃO. 11.1) Pedreira Irmãos Machado Ltda. Extração de rocha para**
797 **produção de britas, pilha de rejeito/estéril, base de armazenamento e**
798 **distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo,**
799 **álcool combustível e outros combustíveis automotivos, unidade de**
800 **tratamento de minerais. UTM, com tratamento a seco e unidade de**
801 **tratamento de minerais - UTM, com tratamento a úmido. Ouro Preto/MG. PA**
802 **00308/1995/022/2015, ANMs: 830.116/2000, 830.338/1999 e 832.073/2014.**
803 **Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b).**
804 **Apresentação: Supram Norte de Minas. Processo retirado de pauta com pedido**
805 **de vista da Pro Mutuca. 11.2 Mineração São José Ltda. Lavra a céu aberto.**
806 **Rochas ornamentais e de revestimento; estradas para transporte de**
807 **minério/estéril; pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de**
808 **revestimento. Santa Rita do Itueto/MG. PA 06076/2005/008/2019, ANM**
809 **830.066/2001. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III,**
810 **alínea b). Apresentação: Supram Leste Mineiro. Processo retirado de pauta**
811 **com pedido de vista da Pro Mutuca. 12) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA**

812 **EXAME DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 12.1) Mineração**
813 **Café Ltda. Lavra a céu aberto, rochas ornamentais e de revestimento; pilha**
814 **de rejeito/estéril, rochas ornamentais e de revestimento; estrada externa**
815 **para transporte de minério/estéril; extração de rocha para produção de**
816 **britas; britamento de pedras para construção. Santa Rita de Caldas e**
817 **Caldas/MG. PA 00200/1992/017/2010. ANMs: 830.855/1986 e 831.057/1992.**
818 **Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III, alínea b).**
819 **Apresentação: Supram Sul de Minas. Processo retirado de pauta com pedido**
820 **de vista da Pro Mutuca e vista conjunta solicitada por SME e Fiemg. Conselheiro**
821 **Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Peço vista também para demonstrar que**
822 **não precisa de vista.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Vista conjunta**
823 **pelos mesmos motivos já externados em outros processos, para verificar**
824 **questões relativas a condicionantes inseridas no processo.” 13) PROCESSOS**
825 **ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE ADENDO A LICENÇA DE OPERAÇÃO.**
826 **13.1) GICS Indústria, Comércio e Serviços S/A. Barragem de contenção de**
827 **resíduos ou rejeitos da mineração. Serra do Salitre/MG. PA**
828 **09039/2005/007/2018. ANMs: 830.373/1995 e 830.374/1995. Classe 6.**
829 **Apresentação: Supram Triângulo Mineiro. Processo retirado de pauta com**
830 **pedido de vista da Pro Mutuca. 13.2) CSN Mineração S/A. Lavra do Mascate.**
831 **Lavra a céu aberto com tratamento a úmido. Minério de ferro.**
832 **Congonhas/MG. PA 00103/1981/042/2007, ANM 43.306/1956. Classe 6.**
833 **Apresentação: Suppri. Processo retirado de pauta com pedido de vista da Pro**
834 **Mutuca e vista conjunta solicitada por SME, Sindiextra e Fiemg. Justificativa.**
835 **Conselheiro Carlos Eduardo Orsini Nunes de Lima: “Devido a aspectos técnicos**
836 **relacionados com a própria situação operacional da jazida de Casa de Pedra.”**
837 **Conselheira Denise Bernardes Couto: “Pedindo vista para fazer uma melhor**
838 **análise dos autos.” Conselheiro Thiago Rodrigues Cavalcanti: “Também mesmos**
839 **motivos já expostos em outros processos.” 14) PROCESSO ADMINISTRATIVO**
840 **PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM LICENÇA DE**
841 **INSTALAÇÃO E LICENÇA DE OPERAÇÃO. 14.1) Pedreira Irmãos Machado**
842 **Ltda. Extração de rocha para produção de britas e pilha de rejeito/estéril.**
843 **Ouro Preto/MG. PA 00308/1995/023/2016. ANMs: 830.116/2000, 830.338/1999**
844 **e 832.073/2014. Classe 4 (conforme Lei nº 21.972/2016, artigo 14, inciso III,**
845 **alínea b). Apresentação: Supram Norte de Minas. Processo retirado de pauta**
846 **com pedido de vista da Pro Mutuca. 15) ENCERRAMENTO. Não havendo outros**
847 **assuntos a serem tratados, o presidente Yuri Rafael de Oliveira Trovão agradeceu**
848 **a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.**

APROVAÇÃO DA ATA

Yuri Rafael de Oliveira Trovão
Presidente da Câmara de Atividades Minerárias